

# Cresce expectativa por novo pacote

Especialistas dizem que novas medidas fiscais são indispensáveis

Maxidesvalorização do real poderá elevar o déficit público

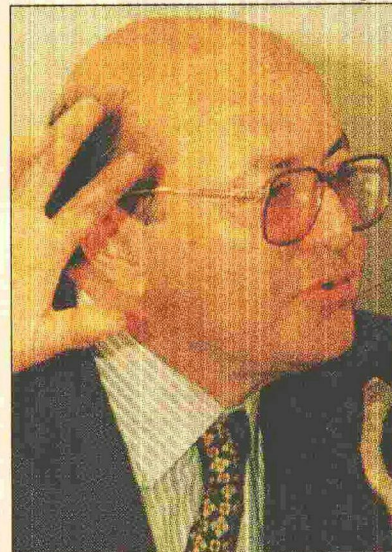


Um ex-ministro da Fazenda e um ex-ministro do Planejamento não têm dúvidas: o governo terá que adotar medidas fiscais adicionais para cobrir os custos sobre a dívida pública decorrentes da maxidesvalorização do real e da alta das taxas de juros. "Tudo o que foi feito até agora apenas evita a explosão do déficit e da dívida pública, mas ainda é insuficiente para mudar o atual regime fiscal, aumentar a credibilidade e estabilizar a

economia do País", disse o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. "Teremos que ir para uma economia de guerra, com cortes adicionais no orçamento da União", decretou o ex-ministro do Planejamento Antônio Kandir.

Na avaliação de Mailson da Nóbrega, novas medidas fiscais - seja o corte de despesas ou o aumento de receitas - serão difíceis de negociar com o Congresso e com a sociedade, mas são indispensáveis depois da troca da âncora cambial pelos juros elevados que serão praticados pelo governo enquanto a âncora fiscal não for construída.

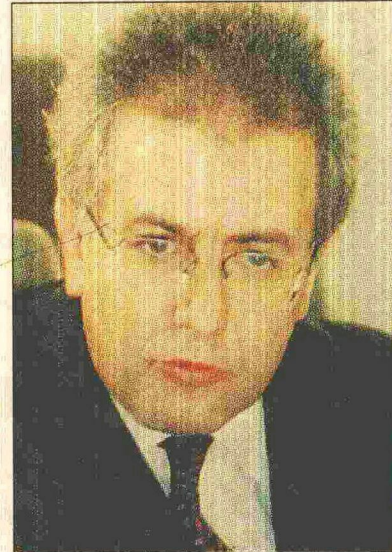
Ele lembrou que o impacto da desvalorização cambial sobre a dívida pública dependerá da taxa de câmbio de equilíbrio que será definida pelo mercado ao longo dos próximos dias ou semanas. Do total da dívida em títulos federais (R\$ 319,9 bilhões em novembro último), o ex-ministro e consultor informou que 21% estão indexados ao câmbio. Da dívida total do setor público, 30% também são corrigidos pela variação cambial.



Geraldo Magela

**MAÍLSON: descrédito maior**

Mailson da Nóbrega disse que cálculos preliminares indicam que a dívida pública total crescerá cerca de R\$ 40 bilhões por conta da desvalorização cambial, portanto um valor muito maior do que o esforço fiscal de R\$ 28 bilhões obtido com as medidas de aumento das receitas e redução das despesas. Ele chegou a esses números considerando a divi-



Sebastião Pedrô

**KANDIR: economia de guerra**

da total do setor público em cerca de R\$ 350 bilhões.

Mailson lembrou que além dos custos provocados pela desvalorização cambial, o estoque da dívida sofrerá o impacto da alta dos juros. Mesmo que os partidários da desvalorização argumentem que os juros vão cair, o ex-ministro notou que o Brasil certamente arcará com um

custo com juros maior do que estava previsto na meta acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o primeiro trimestre deste ano.

"Além da elevação dos juros que foi realizada pelo governo na segunda-feira, o estoque do endividamento sobre a qual incidirão as novas taxas de juros também será maior por conta do efeito da desvalorização", afirmou.

## Armadilha

O ex-ministro do Planejamento e deputado Antônio Kandir (PSDB-SP) tem a mesma visão de Mailson da Nóbrega sobre a necessidade de medidas fiscais adicionais. Para ele, o governo caiu numa armadilha ao mudar a política cambial. Ele acha que a alteração ocorreu no momento errado, pois o País ainda não tem uma política fiscal forte o suficiente para sustentar o novo regime. Resta ao governo, na sua opinião, elevar as taxas de juros para conter a cotação do dólar e para evitar que a inflação retorne em níveis muito elevados.

Kandir acha, no entanto, que o mercado pode continuar tensionando as taxas de câmbio mesmo com os juros elevados, para testar até quando o governo continuará elevando as taxas. "O estoque da dívida é o limite para essa elevação", disse o ex-ministro. "O governo não pode chegar ao teto do juro pois o câmbio explode", acredita. "Se a taxa de juros for frouxa, gera especulação cambial; se for alta demais, arma o ataque especulativo final".

Na opinião do ex-ministro, era melhor não ter deixado o câmbio flutuar. Para ele, o problema é a deterioração do quadro fiscal que poderá resultar da manutenção dos juros altos. Essa situação somente poderá ser enfrentada, na opinião de Kandir, com um ajuste fiscal adicional. "Ao permitir a flutuação do câmbio, o governo deveria ter apresentado imediatamente um corte adicional profundo no Orçamento da União, para demonstrar que tem como suportar o custo fiscal da nova taxa", comentou. "Acho estranho isso não haver acontecido até agora".